

PARA UMA NORMA-PADRÃO FLEXÍVEL NO CONTEXTO ESCOLAR CONTRIBUIÇÕES DOS ESTUDOS SOCIOLINGUÍSTICOS

Silvia Rodrigues Vieira (UFRJ)

RESUMO

O presente capítulo objetiva aprofundar o tema do estabelecimento da norma-padrão, dando continuidade à proposta segundo a qual os parâmetros da norma de referência, que deveriam refletir os das normas praticadas em diversas variedades/modalidades, precisariam admitir natural flexibilidade e adaptabilidade por contexto sociocomunicativo, sendo igualmente plurais. Partindo dessa premissa, as seções do texto (i) sistematizam os pressupostos para que as orientações normativas escolares sejam produtivas (Seção 1) e (ii) apresentam as bases para o funcionamento de tais orientações, valendo-se de trabalhos que descrevem o comportamento de variedades cultas quanto a dois fenômenos morfossintáticos em diversos gêneros textuais (Seção 2) e, ainda, em experiências pedagógicas para a abordagem de regras variáveis (Seção 3). Por fim, apresenta discussão (Seção 4) acerca das contribuições da proposta, formulando as situações para a prática de orientações normativas, e sublinha, a título de considerações finais (Seção 5), a pertinência da relação entre orientação normativa e conhecimento sociolinguisticamente fundamentado.

INTRODUÇÃO/CONTEXTUALIZAÇÃO

Na agenda dos trabalhos do eixo relacionado à variação e ensino no âmbito do GT de Sociolinguística da ANPOLL, foram propostas, no encontro do grupo em 2017, três frentes de trabalho a serem perseguidas pelos pesquisadores da área: (i) sistematização das diversas regras variáveis em função de contínuos de variação (fala-escrita e monitoração estilística); (ii) investigação de crenças e atitudes em relação às variantes linguísticas e ao ideário de norma-padrão; e (iii) desenvolvimento de metodologias para o trabalho didático com normas e variação linguística. Considerando diversas pesquisas brasileiras acerca desses tópicos, pode-se observar que o (velho) tema da norma-padrão a ser veiculada nas orientações escolares figura sempre atual – e, de fato, nunca se esgota –, por seu próprio estatuto fundamental: o de servir de referência reguladora/padronizadora dos usos linguísticos em meio à complexa rede de variedades e estilos.

Partindo de alguns resultados científicos atinentes sobretudo a duas das referidas frentes de trabalho (a primeira e a terceira), o presente texto objetiva aprofundar o tema do estabelecimento da norma-padrão, dando continuidade à proposta elaborada em Vieira (no prelo), segundo a qual os parâmetros da norma de referência, que deveriam refletir os das normas praticadas em diversas variedades/modalidades, precisariam admitir natural flexibilidade e adaptabilidade, assumindo, em alguma medida, esse caráter plural. Com base em experiências pedagógicas fundamentadas no conhecimento científico, a premissa básica da proposta foi assim sintetizada:

(...) é possível conjugar orientações normativas e pluralidade de normas de uso, deixando nítido aquilo que *a priori* deveria ser óbvio: o postulado da norma-padrão – não obstante pressuponha escolhas por contexto – não é incompatível com heterogeneidade nos usos sociais (VIEIRA, no prelo).

Partindo dessa premissa, as seções seguintes deste texto (i) sistematizam e ampliam os pressupostos adotados por Vieira (no prelo) para que as orientações normativas escolares sejam produtivas (Seção 1) e (ii) apresentam as bases para o funcionamento de tais orientações valendo-se de trabalhos que descrevem o comportamento de variedades cultas quanto a dois fenômenos morfossintáticos em diversos gêneros textuais (Seção 2) e, ainda, em experiências pedagógicas para a abordagem de regras variáveis (Seção 3). Por fim, apresenta discussão (Seção 4) acerca das contribuições da proposta, formulando possíveis situações para a prática de orientações normativas, e sublinha, a

título de considerações finais (Seção 5), a pertinência da relação entre orientação normativa e conhecimento sociolinguisticamente fundamentado.

PRESSUPOSTOS PARA ORIENTAÇÕES NORMATIVAS ESCOLARES

A fim de fundamentar as orientações normativas escolares, toma-se por base o amplo e fecundo debate acerca da polissemia da palavra *norma*, considerando diversas referências acerca do tema – Faraco 2008; Zilles; Faraco 2015; Faraco; Zilles 2017; Görski; Coelho 2006; 2009; Vieira; Brandão 2007; Lagares; Bagno 2011; Bagno 2012; Görski; Freitag 2013; Duarte 2013; Kato 2013; Vieira 2013; Cyranka 2014; Martins; Vieira; Tavares 2014; Duarte; Serra 2015; Martins 2017; Freitag 2017; Barbosa; Vieira 2017; Vieira 2018a; Vieira 2018b; Vieira 2019a, Vieira 2019b, dentre outros. A partir desse conjunto de reflexões, a autora ratifica a necessária relação entre dois campos significativos relacionados ao termo *norma*, o da norma-padrão (*norma normativa*) e o das normas de uso (*normas normais*), dentre os quais figuram as variantes cultas.

Não obstante a complexidade que se esconde por trás da oposição entre *norma-padrão* e *norma culta*, vistas como blocos conceituais distintos, assume-se, aqui, em caráter tão-somente didático, o que seria prototípico de cada polo dessa oposição. Por *norma-padrão*, entende-se aquela que funcionaria como referência reguladora/uniformizadora das escolhas do que dizer/escrever em cada contexto sociointeracional, constituindo-se como instância do plano da idealização subjetiva e da prescrição. Segundo Faraco (2008), trata-se de “uma codificação relativamente abstrata, uma baliza extraída do uso real para servir de referência, em sociedades marcadas por acentuada dialeção, a projetos políticos de uniformização linguística” (p. 75). Por *norma(s) culta(s)*, concebem-se efetivas variedades que reúnem o conjunto de usos linguísticos partilhados e avaliados por uma comunidade de fala, constituindo-se como instância do plano da realização objetiva e passível de descrição científica. Como delimitação do perfil dos falantes supostamente cultos, essa comunidade seria constituída sobretudo por indivíduos de alto nível de escolaridade e que têm acesso a experiências diversas da cultura letrada/escrita. Consoante Faraco (2008), trata-se do “conjunto de fenômenos linguísticos que ocorrem habitualmente no uso dos falantes letrados em situações mais monitoradas de fala e escrita” (p. 73).

A desejável relação entre *norma-padrão* e *norma culta* sustenta igualmente uma das premissas assumidas por Faraco (2015), ao tratar do desafio de propor orientações de natureza normativa para o contexto escolar: é necessário que “os

instrumentos normativos reflitam a norma efetivamente praticada” (p. 15). Enfrentar esse desafio implica romper o paradigma que sustenta alguns discursos normativos brasileiros, que, com o legítimo propósito de uniformização, propõem uma generalidade na aplicação de suas regras de comportamento social, para toda e qualquer situação comunicativa. Assim, acabam por anular – tácita ou assumidamente – a variabilidade natural e inerente aos usos linguísticos, cultos ou não, que se manifestam nas relações sociointeracionais. Em outras palavras, há que se evitar uma falsa correlação entre a homogeneização proposta a cada aplicação de uma norma-padrão e a assunção de invariabilidade linguística, numa perigosa equação do tipo “norma-padrão = Língua Portuguesa”. O efeito desses discursos é o que justifica que alunos brasileiros cheguem, após alguns anos na escola, à terrível conclusão de que “sua língua materna é a língua mais difícil do mundo”.

Embora há muito se assuma que a *norma-padrão* deva se atualizar em função dos usos linguísticos efetivamente praticados por falantes considerados cultos – e não simplesmente reproduzir as regras prescritas em manuais tradicionais elaborados segundo modelos que perduram secularmente, sob pena de ser caduca e estéril –, uma questão ainda parece sem resposta objetiva: como tornar concreta a premissa de que a norma-padrão reflita, ao menos, a(s) norma(s) culta(s), no contexto pedagógico? A dificuldade parece residir na própria concepção de padronização: padronizar implica admitir a pluralidade e uma escolha específica em meio a essa pluralidade; trata-se necessariamente do polo da unidade (e conseqüente homogeneidade/invariabilidade) em contraposição ao polo da variabilidade. Como, então, conjugar ou adaptar a suposta unidade de um padrão a uma realidade que é naturalmente variável e heterogênea?

Aquilo que é teoricamente claro e de fácil assunção não parece ecoar com a mesma fluidez no campo aplicado. É urgente colaborar, então, para que os profissionais de ensino disponham de informações sobre as normas efetivamente praticadas que supostamente deveriam guiar as orientações normativas. Dispondo dessas informações, é inevitável assumir que, em diversos fenômenos linguísticos, as variedades cultas fazem uso das formas alternantes em função de modalidade (do maior ou menor grau de oralidade/fala-letramento/escrita) e registro (do mais ao menos formal/monitorado). Desse modo, a conseqüência natural para a orientação normativa escolar é a de que a padronização precisa ser efetivamente sensível a cada espaço desses contínuos.

Em termos práticos, deve-se admitir que, a cada instância de fala e de escrita, mais ou menos monitorada, o usuário da língua pode aplicar padrões com

particularidades. A título de exemplificação, como um falante culto se comporta em relação à expressão de acusativo anafórico de terceira pessoa (*encontrei-o* / *encontrei ele* / *encontrei Ø* / *encontrei o rapaz*)? Farta literatura sociolinguística brasileira (DUARTE; RAMOS 2015; VIEIRA; FREIRE 2014) permite afirmar que a estratégia *encontrei Ø* é opção preferencial na fala culta urbana e apresenta expressivo uso na escrita de textos menos controlados em termos estilísticos. Em textos de alta monitoração, a forma clítica passa a ser, entretanto, a opção preferencial, comutando com a estratégia com SN e com a forma vazia¹.

Cabe, então, a reflexão: em função desse contínuo compósito fala-escrita/monitoração aqui brevemente ilustrado, caberia afirmar que a forma clítica (*encontrei-o*) é a única variante que deve estar representada e aceita na norma-padrão escolar, de modo uniforme? Uma norma-padrão uniforme a esse ponto não só impediria a premissa de que “os instrumentos normativos devem refletir as normas praticadas”, mas seria altamente improdutiva em relação às orientações curriculares nacionais, que pressupõem o trabalho com a língua socialmente situada segundo a expressão de diversos gêneros textuais da fala e da escrita.

Em defesa de uma norma-padrão plural – no sentido de sensível aos espaços do contínuo compósito fala-escrita mais ou menos monitorada –, é preciso avançar em ações para a construção de uma “pedagogia da variação linguística” (conforme identifica FARACO, 2008). Para tanto, duas reflexões adicionais devem estar na agenda dos estudos variacionistas aplicados ao contexto educacional: (i) Todas as regras variáveis praticadas nas instâncias de fala e de escrita brasileiras já têm seu comportamento descrito e/ou sistematizado para que possam servir de base aos postulados dessa norma-padrão?; e (ii) Já se experimentaram propostas pedagógicas que visem a cumprir esse intento?

Vieira e equipe de orientandos têm investido na resolução desse conjunto de questões que continuam atuais. A título de sistematização da proposta elaborada, cabe resumir e reiterar, aqui, alguns pressupostos assumidos pela autora em produções anteriores:

- (i) na esfera sociolinguística, constitui objetivo do ensino de Língua Portuguesa tornar o aluno capaz de reconhecer e/ou produzir o maior número possível de variantes linguísticas da fala e da escrita (e não apenas a re-

¹ Freire (2000; 2005) demonstra que o clítico acusativo de terceira pessoa figura em amostras de fala culta em apenas 3% das ocorrências, enquanto na escrita de textos menos monitorados/mais autorais, como crônicas jornalísticas e entrevistas impressas, passa a 44%, chegando a 73% em reportagens e editoriais, por exemplo.

afirmação da norma vernacular), promovendo a ampliação do repertório linguístico dos alunos;

- (ii) o trabalho escolar com formas alternantes da língua deve ser desenvolvido não só para o plano da produção textual, mas também para o da recepção (leitura/escuta);
- (iii) para tanto, devem ser priorizadas, na agenda de pesquisa na área conhecida como Sociolinguística Educacional (BORTONI-RICARDO, 2005), duas frentes de trabalho: (a) descrever, sistematizar e divulgar o comportamento e a avaliação de regras variáveis no contínuo fala-escrita, em diversos gêneros textuais, e no contínuo de monitoração estilística, em diversas situações sociointeracionais; e (b) desenvolver, experimentar e avaliar atividades didáticas que promovam o reconhecimento e/ou a produção de variantes linguísticas.

Em relação aos dois primeiros pressupostos, é essencial admitir que o aluno pode desenvolver autonomia para fazer escolhas conscientes quanto ao uso de variantes, o que é didaticamente facilitado pelo trabalho com o maior número possível de expressões faladas e escritas, apresentáveis concretamente nas instâncias de circulação social da linguagem, na forma de gêneros textuais. Nesse sentido, conforme explicita Vieira (no prelo), algumas questões auxiliam na reflexão:

- (i) Quem deve decidir se vai produzir/adotar determinada variante (conhecimento ativo) ou se vai apenas reconhecê-la (conhecimento passivo)? O próprio usuário da língua.
- (ii) Quem aceita ou rejeita as variantes que o usuário da língua escolhe? O interlocutor e, no contexto escolar, figura em destaque como interlocutor o professor, que, via de regra, avaliará as variantes que o aluno escolhe.
- (iii) Qual critério deve ser usado para a aceitação ou a rejeição das variantes? Ele deve estar fundamentado em resultados das pesquisas científicas, os quais devem oferecer o mapeamento das regras variáveis em função dos contínuos de urbanidade, oralidade-letramento e monitoração estilística.

No que se refere às frentes de trabalho a serem perseguidas na agenda da Sociolinguística Educacional Brasileira que, em última instância, poderão colaborar para o desenvolvimento da referida autonomia discente em um efetivo letramento sociolinguístico, as seções seguintes apresentam algumas iniciativas para o cumprimento de dois propósitos: (i) o de sistematização do comportamento das regras variáveis, sobretudo, no contínuo fala-escrita; e (ii) o de proposição de natureza metodológica para o trabalho pedagógico com regras variáveis.

SISTEMATIZAÇÃO DO COMPORTAMENTO DAS REGRAS VARIÁVEIS NO CONTÍNUO FALA-ESCRITA

Não seria tarefa fácil elencar as diversas iniciativas brasileiras no sentido de colaborar com a meta de dar conta das regras variáveis consoante os muitos e variados gêneros textuais. Restringindo-se ao âmbito da Sociolinguística, duas obras produzidas pela equipe do GT da ANPOLL são emblemáticas no esforço de oferecer um mapeamento de variedades brasileiras quanto a alguns fenômenos: em Martins; Abraçado (2014), resultados científicos de diversas investigações acerca de temas fonéticos (vocalismo, consonantismo e entoação) e morfossintáticos (quadro pronominal – *tu versus você; nós versus a gente*; acusativo, dativo e reflexivo) foram sistematizados considerando, sobretudo, a fala brasileira; em Vieira; Freire (2014), na obra organizada por Martins; Vieira; Tavares (2014), o comportamento de cinco fenômenos morfossintáticos (concordância verbal, indeterminação do sujeito, clíticos acusativo e dativo, ordem dos pronomes átonos, alternância *ter versus haver* existenciais) em produções de indivíduos com curso superior (variedades cultas) foi sistematizado em função de instâncias do contínuo fala-escrita e monitoração estilística.

Conforme defende Vieira (no prelo), “produções dessa natureza contribuem para que o profissional de ensino ateste o que, cientificamente, parece óbvio: a norma culta, como qualquer variedade, é variável”. Assim, a descrição científica das regras variáveis pode sustentar a orientação relativa à chamada adequação das variantes a cada gênero textual, deixando de resultar das impressões e preferências estilísticas de revisores e professores de Português. Outro efeito importante da sistematização do comportamento das regras variáveis é o que se refere a demonstrar que não se justifica a manutenção de exigências quanto ao uso de formas linguísticas improdutivas ou até inexistentes no Português do Brasil, visto terem sido substituídas por outras em processos naturais de mudança ou configurarem tradições discursivas exclusivas de alguns gêneros textuais. Manter exigências de produção dessas formas em exercícios/treinos escolares acaba por promover o que acertadamente Faraco (2008) identifica como uma *norma curta*.² No que se refere a esses usos linguísticos, as orientações escolares

² Segundo Faraco (2008), a norma curta constitui um “conjunto de preceitos dogmáticos que não encontram respaldo nem nos fatos, nem nos bons instrumentos normativos, mas que sustentam uma nociva cultura do erro e tem impedido um estudo adequado da nossa norma culta/comum/standard” (p. 92).

poderiam ficar limitadas ao exercício do reconhecimento e da compreensão de tais estruturas em atividades de leitura/escuta.

Embora as referências citadas demonstrem o esforço em colaborar com a descrição das variedades brasileiras, tanto no contínuo fala-escrita, quanto no da monitoração estilística, entende-se que é preciso desenvolver essa descrição de forma orgânica e planejada. Buscando desenvolver projeto que dê conta desse propósito, iniciou-se – no primeiro semestre de 2018, como atividade em disciplina da Pós-Graduação em Letras Vernáculas, da Faculdade de Letras da UFRJ³ – a composição de um banco de textos distribuídos segundo gêneros em um suposto contínuo de oralidade/letramento e monitoração estilística. Essa iniciativa deu origem aos primeiros empreendimentos do projeto científico intitulado *Contínuos de/em variedades do Português: análises contrastivas*, que tem por um de seus principais objetivos descrever, em um mesmo banco de dados e com os mesmos procedimentos metodológicos, o comportamento de regras variáveis em uma diversidade de gêneros textuais, da fala e da escrita.

Ainda na esfera dos trabalhos desenvolvidos na referida disciplina, foi possível levantar e sistematizar os dados referentes a oito fenômenos morfossintáticos em diversas instâncias de variedades cultas, quais sejam: estratégias de indeterminação do sujeito (clítico *se*, formas pronominais, expressões nominais); preenchimento do objeto direto (clítico, zero, SN, pronome reto); preenchimento do objeto indireto/dativo (clítico *lhe(s)*, zero, *a/para ele, a* mais SN); colocação pronominal (próclise, ênclise, mesóclise); expressão de futuro (forma analítica, forma simples, presente do indicativo); construções existenciais (*ter versus haver*); orações relativas (cortadora, copiadora, padrão).

Dez gêneros textuais – sendo apenas o primeiro deles, a entrevista sociolinguística, de fonte oral, embora alguns outros, como entrevistas impressas, tirinhas e anúncios, por exemplo, sejam de registro escrito mas concepção oral

³ Participaram da tarefa de constituição do banco de textos e elaboraram trabalhos finais os seguintes alunos da Pós-Graduação, que cursaram a disciplina intitulada Tópicos Especiais, ministrada por Silvia Rodrigues Vieira, no primeiro semestre de 2018: Adriana Cristina Lopes Gonçalves, Bruna Brasil Albuquerque de Carvalho; Camila Nunes de Melo; Cristiane Barbalho da Silva Gaio de Sá; Daniela Gonçalves Ribeiro da Silva; Deyse Edberg Ribeiro da Silva; Eneile Santos Saraiva; Joyce Coutinho Nóbrega de Araújo; Juliana Cristina Vasconcellos Garcia, Juliana Magalhães Catta Preta de Santana; Karen Cristina da Silva Pissurno; Luan de Sousa Guimarães; Luzia de Cássia Almeida Passos; Maitê Lopes de Almeida; Michael de Araujo Palmieri; Monique Débora Alves de Oliveira Lima; Pedro Henrique Regis dos Santos; Rachel de Carvalho Pinto Escobar Silvestre; Robson Borges Rua; Thaissa Frota Teixeira de Araujo Silva; Vanessa Antunes da Silva.

(MARCUSCHI 2008) – serviram de base à referida descrição: entrevistas socio-linguísticas⁴; tirinhas; anúncios; entrevistas impressas (em jornais ou revistas); cartas de leitor; crônicas jornalísticas; notícias; editoriais; teses/dissertações; artigos em revistas científicas também da área da Comunicação Social. Quanto às fontes para a composição do *corpus*, os gêneros de jornal e revista foram extraídos, em sua maioria, de veículos de circulação pública, em sua maioria destinados à classe média-alta e alta, como *O Globo*, *Folha de São Paulo*, *Jornal do Brasil* e, mais raramente, *Extra*. Os textos acadêmicos foram extraídos de bancos de tese e revistas acadêmicas da área de Comunicação Social, produzidos na Região Sudeste.

Embora se encontre em curso a organização de livro dedicado à divulgação detalhada dessas investigações, parte dos resultados desse empreendimento serviu como ilustração da proposta feita em artigos científicos enviados recentemente para divulgação ou já publicados.⁵ Do mesmo modo, apenas para ilustrar o alcance e a relevância do mapeamento sistemático das regras variáveis em função do contínuo de gêneros textuais da fala-escrita, apresentam-se, a seguir, resultados de duas das regras variáveis investigadas, quais sejam:

- (i) Construção existencial: *ter* (*tem muitas coisas para discutir*) versus *haver* (*há muitas coisas para discutir*)
- (ii) Expressão de futuro: forma simples (*eu viajarei amanhã*) versus outras formas – perífrase *ir* mais infinitivo (*eu vou viajar amanhã*) e presente do indicativo (*eu viajo amanhã*)

Na Tabela 1 e no Gráfico 1, a seguir, estão representados os índices referentes à variante considerada de maior prestígio em cada caso, aquela que, a rigor, seria privilegiada como pertencente a uma norma-padrão uniforme, quais sejam: a forma *haver*, no caso das construções existenciais; e a forma simples de futuro, na expressão de futuridade.

⁴ Conferir amostra do Rio de Janeiro do Banco de dados *Concordância* do Projeto *Estudo comparado dos padrões de concordância em variedades africanas, brasileiras e europeias do Português*. Disponível em www.corporaport.lettras.ufrj.br.

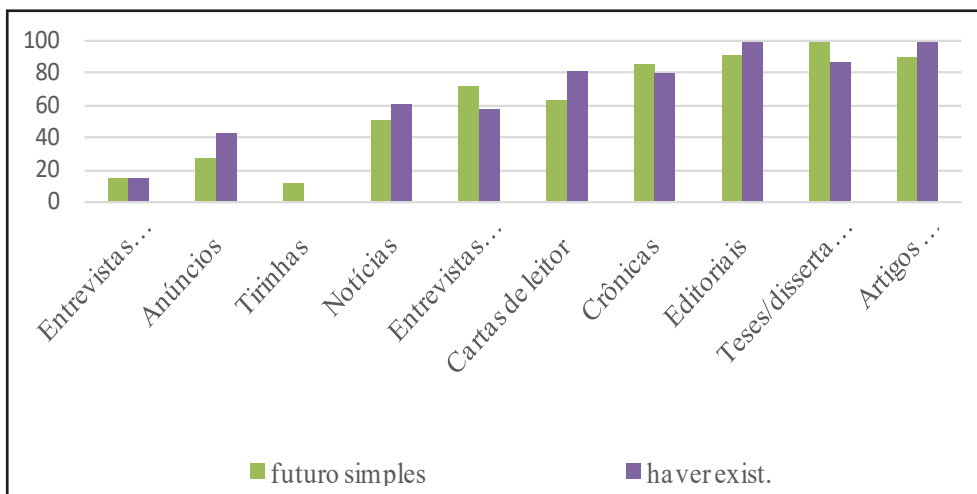
⁵ Vieira (2018b), em artigo relacionado a unidade e diversidade no ensino de Língua Portuguesa, apresenta resultados relativos à alternância *ter* versus *haver* existenciais. Vieira (2019b), em artigo sobre o ensino de conectivos/conexão de orações, apresenta os resultados relativos às estratégias de relativização.

Tabela 1: Distribuição de dados de *haver* existencial e da forma simples de futuro em gêneros textuais da fala e da escrita cultas

Gênero textual	Haver existencial (<i>versus ter</i>)	Futuro simples (<i>versus</i> outras formas)
Entrevistas sociolinguísticas	107/725 (14,8%) ⁶	5/35 (14%)
Tirinhas	2/2 (100%)	1/9 (11%)
Anúncios	3/7 (42,9%)	3/11 (27%)
Entrevistas em jornais e revistas	33/56 (58%)	48/67 (72%)
Carta do leitor	9/11 (81,8%)	22/35 (63%)
Crônicas Jornalísticas	17/21 (81%)	40/47 (85%)
Notícias	8/13 (61,5%)	14/28 (50%)
Editoriais	11/11 (100%)	30/33 (91%)
Teses/Dissertações	14/16 (87,5%)	27/27 (100%)
Artigos em revistas científicas	9/9 (100%)	18/20 (90%)

Fonte: Gama; Saraiva; Almeida (2018); Sá; Rua; Silva (2018)

Gráfico 1: Índices percentuais de *haver* existencial e da forma simples de futuro em gêneros da fala e da escrita cultas⁷



Fonte: Gama; Saraiva; Almeida (2018); Sá; Rua; Silva (2018)

⁶ Apenas a coleta de dados de *ter/haver* relativa à fala (entrevistas sociolinguísticas) considerou a produção não só de indivíduos com Curso Superior mas também Fundamental/Médio.

⁷ No caso da alternância *ter x haver* existenciais, não foi exibido no gráfico o comportamento dos dados extraídos das tirinhas, em função de terem sido registradas apenas duas ocorrências apenas da forma *haver*; entende-se que a representação desse índice categórico na imagem daria margem a uma interpretação generalizante infundada, dado o baixíssimo número de dados.

Os resultados referentes aos dois fenômenos representados permitem detectar o comportamento altamente variável da chamada norma culta: consoante o suposto grau de letramento ou de formalidade atribuídos ao gênero textual em questão, maior é o uso da variante considerada de prestígio. Embora os índices e sua escalaridade não sejam idênticos quanto aos dois fenômenos linguísticos, chama a atenção a semelhança das tendências encontradas. Em termos visuais, podemos reconhecer ao menos três porções/segmentos de realização das variantes representadas, quais sejam: os três primeiros gêneros apresentam baixos índices de realização das formas, enquanto os três últimos apresentam as mais altas taxas; na porção intermediária, os quatro gêneros restantes exibem índices medianos de realização das formas. Vieira (2018b), observando tão-somente a expressão de *haver versus ter*, propôs um contínuo que representasse esses segmentos dos gêneros em relação ao fenômeno. De forma semelhante, representa-se, na Figura 1, o comportamento dos dados em relação aos dois fatos variáveis em questão.

Figura 1: Contínuo de gêneros textuais: uso de *haver* existencial e forma simples de futuro

Entrevistas sociolinguísticas	Entrevistas impressas Cartas de leitor	Teses/dissertações Artigos científicos
Anúncios	Notícias	Editoriais
Tirinhas	Crônicas	
14-43%	58-85%	90-100% ⁸

Embora os resultados sejam relativos a apenas dois fenômenos e considerando o fato de o banco de textos de onde se extraíram os dados lidar com uma pluralidade de suportes e condições interacionais, chama atenção a sistematicidade dos resultados a que se chegou, o que permite advogar em prol das acertadas motivações para a elaboração do referido projeto de investigação, ainda em fase inicial. Por ora, fica evidente o amplo espectro de variação inerente ao uso da forma prestigiosa em variedades cultas (que registra índices que vão de 14 a 100%) consoante a modalidade (mais oralidade – mais letramento) e a suposta monitoração estilística (mais ou menos controlada em função de diversas condições sociointeracionais).

⁸ No extremo de letramento/escritura, deve-se salientar que a qualidade dos dados também é particular. Os poucos dados da forma “ter” registrados, por exemplo, também se diferenciavam, visto que os exemplos encontrados são da estrutura “tem-se”, em vez de simplesmente “tem”.

DESENVOLVIMENTO DE METODOLOGIAS PARA O TRABALHO DIDÁTICO COM REGRAS VARIÁVEIS

Quanto à segunda frente de trabalho a ser priorizada pela Sociolinguística Educacional, a que se refere às investigações a partir de experiências didáticas para o tratamento de regras variáveis, já é considerável o número de pesquisas que se propõem a contribuir com a elaboração, experimentação e avaliação de metodologias para a construção de atividades pedagógicas.

No campo do ensino de regras variáveis, trabalhos recentes orientados com base na proposta de *Ensino de gramática em três eixos* (VIEIRA 2017a; 2017b; 2017c; 2018a) têm sido elaborados, sobretudo no âmbito do Mestrado Profissional em Letras, em rede nacional. A seguir, listam-se os temas já tratados em investigações a partir dessa abordagem; trata-se de pesquisas que, além de apresentarem resultados das variedades praticadas pelos alunos, propõem, aplicam e avaliam atividades para o ensino de fenômenos variáveis, quais sejam: a) indeterminação do sujeito (SOUZA 2014); expressão de segunda pessoa discursiva (GOUVÊA 2015); concordância verbal de terceira pessoa (CHAGAS 2015); quadro pronominal (LIMA 2016); expressão verbal de futuro (DURVAL 2017); colocação pronominal (ALMEIDA 2018).⁹

O tratamento dessa variedade de temas tem permitido testar a validade dos pressupostos assumidos quanto ao ensino de fenômenos variáveis. A esse respeito, fica claro que essas experiências permitem não só avaliar a distância entre as variedades praticadas pelos alunos e os usos esperados em gêneros de alto grau de letramento e monitoração estilística, mas também possibilita desenvolver a pluralidade de normas de uso, mesmo no âmbito da chamada norma culta. Para o cumprimento desses objetivos, as atividades¹⁰ didáticas propostas costumam desenvolver:

- (i) atividades linguísticas: priorizar, em tarefas de leitura e produção textual, o contato intenso com textos de diferentes gêneros, em que as formas alternantes são naturalmente empregadas;

⁹ O acesso total ao conjunto de atividades desenvolvidas depende da consulta às próprias obras mencionadas. Ademais, vale consultar artigos que apresentam sínteses de algumas dessas propostas pedagógicas (cf., por exemplo, VIEIRA 2018a; SOUZA; VIEIRA 2018; VIEIRA, 2019).

¹⁰ A categorização de atividades aqui utilizada inspira-se em Franchi (2006), obra que publica os textos elaborados pelo autor na segunda metade do século XX e, conforme esclarece Sírio Possenti, na apresentação da obra, produtivamente utilizados na década de 1980.

- (ii) atividades epilinguísticas: construir – em etapas progressivas de aprendizagem conduzidas de forma indutiva, próprias de um estudo dirigido – o conhecimento necessário para a identificação das variantes, de seus efeitos de sentido e dos contextos linguísticos e extralinguísticos favoráveis a sua realização, além do valor social (se de estereótipo, marcador, indicador, nos termos de LABOV 1972) supostamente atribuído às variantes;
- (iii) atividades metalinguísticas: tornar consciente, por meio de um “trabalho inteligente de sistematização gramatical” (FRANCHI 2006, p. 98), o conhecimento adquirido por meio das reflexões e das conclusões a que as atividades conduziram em termos teóricos e descritivos.

Dessa forma, o trabalho com os fenômenos variáveis integra naturalmente um dos eixos do ensino de gramática, sendo esta também concebida como sistema que obedece naturalmente ao princípio da heterogeneidade ordenada. Embora os limites do presente texto não permitam descrever cada referida experiência pedagógica, essa frente de trabalho tem oferecido o necessário respaldo ao investimento que deve ser feito para a sistematização das regras variáveis em um contínuo de gêneros textuais, de um lado, e para a elaboração de metodologias para a chamada pedagogia da variação linguística, de outro.

DISCUSSÃO

Consideradas as duas frentes de trabalho sinteticamente apresentadas, cabe avaliar as estratégias possíveis para o estabelecimento da chamada norma-padrão e refletir sobre seus limites em uma orientação pedagógica que se queira fundamentada no conhecimento das normas de uso. Em outras palavras, retomase o debate quanto à formulação de recursos e estratégias para tornar possível a premissa de que as orientações normativas devam tomar por base as variedades cultas em uso.

Em termos teórico-descritivos, fica evidente que a descrição das regras variáveis em uma diversidade de gêneros textuais de concepção ou fonte falada e escrita é absolutamente necessária. Os resultados relativos a apenas dois fenômenos apresentados no presente texto, a alternância *ter versus haver* existenciais e a expressão de futuro, são suficientes para demonstrar (i) a produtiva variabilidade interna à chamada norma culta e (ii) a consequente impossibilidade de propor uma norma-padrão única se atendida a premissa de que esta deva refletir a norma praticada. Em outras palavras, se a norma culta compreende um conjunto variável de formas (que vão de baixíssimos a

altíssimos índices a depender do contexto/gênero textual), seria absolutamente improdutivo propor orientações pedagógicas uniformes para todas as situações de expressões/instâncias cultas.

Quanto às propostas pedagógicas brevemente citadas, as pesquisas em questão asseguram que é possível dar a conhecer a extensão dos usos variáveis na diversidade de materiais e gêneros trabalhados, sem negar o valor social da linguagem e o prestígio/desprestígio das formas alternantes. Formular orientações normativas implica, portanto, sensibilidade em relação à tarefa em questão (Trata-se de que gênero textual? Da fala ou da escrita? Endereçado a que interlocutor? Em que suporte? Sob que condições?) e ao fenômeno em análise (Quais são as variantes que o compõem? Como elas se distribuem nos contínuos de variação? Alguma(s) das formas alternantes recebe(m) avaliação social explícita/consciente? De que tipo? Alguma(s) das formas alternantes está(ao) em desuso, configurando-se, no máximo, como uma tradição discursiva na contemporaneidade?).

Mediante a configuração que se faça das formas alternantes, as orientações emergirão naturalmente. Nesse sentido, Vieira (no prelo) formulou situações básicas para a definição de tais orientações, que aqui se retomam com adaptações e se aprofundam:

(1) Produtivo registro na fala e na escrita em diversos gêneros

Se houver produtivo registro de determinada variante nos diversos segmentos dos contínuos fala-escrita e monitoração estilística, praticamente não serão necessárias orientações escolares quanto à padronização. Isto porque, dada a circulação e a aceitação geral da forma em questão, trata-se, muito provavelmente, de um indicador, em termos labovianos.

Essa situação dispensa exemplificação, visto compreender muitas estruturas da língua posta em funcionamento, sem avaliação expressa quanto à padronização.

(2) Produtivo registro sobretudo na fala, particularmente em determinadas variedades

Em outro extremo, figura a situação em que determinada variante esteja intimamente relacionada à fala de determinadas comunidades, como, por exemplo, as representativas das chamadas variedades populares, configurando uma espécie de traço linguístico descontínuo, com reconhecível valor indexical (identificando pessoas não escolarizadas ou, muitas vezes, de forma preconceituosa, supostamente não inteligentes, por exemplo). Nessa situação, serão necessárias

orientações expressas sobre o valor social das variantes em termos de prestígio ou desprestígio. Isto porque, dada a especificidade na circulação e na avaliação social da forma em questão, trata-se muito provavelmente de um estereótipo, em termos labovianos.

Podem ilustrar essa situação as construções verbais e nominais sem a marca explícita de plural, sobretudo em estruturas muito salientes (alta saliência fônica, ordem direta SVO, como em *nós falava* ou *os avião saiu*, por exemplo).

(3) Produtivo registro sobretudo na escrita e de gêneros mais monitorados

Se houver produtivo registro quase exclusivo na escrita (ou em falas altamente controladas) de gêneros mais monitorados e de menor circulação social, como os produzidos em meios profissionais e acadêmicos, serão necessárias orientações expressas para a produção (se o indivíduo precisar utilizar tais variantes, por razões profissionais ou por interesse em termos de variação estilística, ou se o indivíduo for submetido a uma avaliação formal, como a de redações em concursos) e para a recepção das variantes (em termos de leitura/interpretação de produções alheias). Isto porque, dada a circulação restrita a determinados meios e controlada a depender da situação, trata-se, muito provavelmente, de um marcador, em termos labovianos.

Exemplos de estruturas referentes a essa situação podem ser a estratégia de relativização padrão, o uso de *haver* existencial, a forma relativa *cujo* e variantes, clíticos acusativos e dativos de 3ª pessoa acusativos, ênclises e próclises pronominais segundo as regras tradicionais de colocação, dentre outras.

(4) Ausência de registro na fala e na escrita contemporâneas ou registro apenas em gêneros de circulação em uma determinada comunidade de prática

Nesse caso, não havendo efetivo registro de determinada variante nem na fala nem na escrita contemporâneas ou, se houver, estiver limitado a comunidades de prática/tradições discursivas específicas, a conduta em termos pedagógicos também precisa ser particular. Assim, as orientações devem estar restritas ao campo da recepção dos dados (reconhecimento pela leitura/escuta – do domínio religioso ou literário, por exemplo), e não da produção, sob pena de promoção de arcaísmos. A produção da referida variante só será viável, na verdade, se estiver vinculada a uma necessidade de um grupo específico (religiosos, escritores, advogados, por exemplo) e não de uma comunidade de fala geral. Em outras palavras, está-se, possivelmente, diante de uma variante

antiga ou estrangeira ou, em situação específica, um marcador estilístico para a construção de uma *persona*¹¹.

Trata-se, aqui, de um caso particular de formas linguísticas em flagrante desuso. Pode-se exemplificar essa situação com formas tidas como “arcaicas”, como os pronomes de segunda pessoa plural (*vós, vos, vosso*) ou as formas clíticas contratas (*mo, ta, ma, lho* dentre outras).

Esse conjunto de situações articulado ao conhecimento do perfil das regras variáveis da Língua Portuguesa, nos contínuos de fala-escrita e monitoração estilística, poderá contribuir valiosamente para que guias normativos efetivamente reflitam as normas praticadas na complexa rede de variedades, modalidades e registros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como propõe Vieira (no prelo),

Admitir que o estabelecimento da norma-padrão (norma normativa) pode ser sensível às configurações das normas de uso (normas normais), das mais cultas às mais populares, pressupõe um novo olhar sobre o perfil do profissional de Língua Portuguesa, um profissional cuja prática se ancora nos resultados científicos e que colabora, ainda, para a produção de novos resultados.

É preciso, assim, investir na realização de pesquisas que, tratando das diversas regras variáveis, se dediquem às duas frentes de trabalho desenvolvidas no presente texto, para a construção de uma pedagogia da variação linguística. Em outras palavras, cabe dar continuidade às investigações que se ocupem não só do mapeamento dos fenômenos em gêneros textuais da fala e da escrita, consoante diversos graus de formalidade, mas também da construção das estratégias didáticas que promovam, a partir de atividades linguísticas, epilinguísticas e metalinguísticas (FRANCHI 2006), o conhecimento da língua como um sistema a um só tempo sistemático, interacional e, também, heterogêneo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sullaine Cristina Martins de. *Diagnose e análise de ordem dos clíticos pronominais em turmas de 9º ano: uma proposta interventiva*. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras/PROFLETRAS) – Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 2018.

¹¹ Os chamados estudos de 2ª onda e de 3ª onda (ECKERT 2004) põem em evidência efeitos específicos de determinados usos por motivações de ordem estilística.

BAGNO, Marcos. *Gramática pedagógica do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

BARBOSA, Afrânio Gonçalves; VIEIRA, Silvia Rodrigues (Orgs.). *Revista Diadorim – Revista de Pós-Graduação em Letras Vernáculas/UFRJ*, v. 19, n. 2. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras / UFRJ, 2017.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Nós chegemos na escola, e agora? Sociolinguística e Educação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

CHAGAS, Danieli Silva. *Concordância verbal de terceira pessoa: descrição sociolinguística e proposta pedagógica em turmas do ensino fundamental*. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras/PROFLETRAS). Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 2016.

CHAGAS, Danieli Silva. Concordância verbal: estratégias para o trabalho com os três eixos para o ensino de gramática. In: VIEIRA, Silvia Rodrigues (Org.) *Gramática, variação e ensino: diagnose & propostas pedagógicas*. 2. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Blucher, 2018. p. 61-93.

CYRANKA, Lúcia. Avaliação das variantes: atitudes e crenças em sala de aula. In: MARTINS, Marco Antonio; VIEIRA, Silvia Rodrigues; TAVARES, Maria Alice (Orgs.) *Ensino de Português e Sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2014. p. 133-156.

DUARTE, Maria Eugenia Lammoglia. O papel da Sociolinguística no (re)conhecimento do Português Brasileiro e suas implicações para o ensino. *Revista Letra*. Ano VIII, v. 1 e 2, p. 15-30, 2013.

DUARTE, Maria Eugenia Lammoglia; RAMOS, Jânia M. Variação nas funções acusativa, dativa e reflexiva. In: MARTINS, Marco Antonio; ABRAÇADO, Jus-sara (Orgs.). *Mapeamento sociolinguístico do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014. p. 173-195.

DUARTE, Maria Eugenia Lammoglia; SERRA, Carolina. Gramática(s), ensino de Português e “adequação linguística”. *Matraga*, v.22, n. 36, p. 31-55, 2015.

DURVAL, Luiz Felipe da Silva. Uma experiência didática com o futuro do presente: reflexão linguística, variação e ensino. In: VIEIRA, Silvia Rodrigues (Org.) *Gramática, variação e ensino: diagnose e propostas pedagógicas*. 2. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Blucher, 2018. p. 155-171.

ECKERT, Penelope. *Linguistic variation as social practice*. Oxford: Blackwell Publishing, 2004.

FARACO, Carlos Alberto. *Norma culta brasileira – desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

FARACO, Carlos Alberto. Norma culta brasileira: construção e ensino. In: ZILLES, Ana Maria S.; FARACO, Carlos Alberto (Orgs.). *Pedagogia da variação linguística: língua, diversidade e ensino*. São Paulo: Parábola, 2015. p. 19-30.

FARACO, Carlos Alberto; ZILLES, Ana Maria S. *Para conhecer norma linguística*. São Paulo: Contexto, 2017.

FRANCHI, Carlos. *Mas o que é mesmo “gramática”?* São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

FREIRE, Gilson Costa. *Os clíticos de terceira pessoa e as estratégias para sua substituição na fala culta brasileira e lusitana*. 2000. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas). Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 2000.

FREIRE, Gilson Costa. *A realização do acusativo e do dativo anafóricos de terceira pessoa na escrita brasileira e lusitana*. 2005. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas). Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

FREITAG, Raquel M. K. A mudança linguística, a gramática e a escola. *Percursos*, v. 18, n. 37, p. 63-91, 2017.

GAMA, Deyse Edberg Ribeiro Silva; SARAIVA, Eneile Santos; ALMEIDA; Maitê Lopes de. *Tem variação entre as formas verbais impessoais ter e haver nas modalidades oral e escrita, em realizações da norma culta, do português brasileiro?* 2018. Monografia da disciplina Tópicos especiais (Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 2018.

GERHARDT, Ana Flávia. *Ensino de gramática e desenvolvimento metalinguístico: teorias, reflexões e exercícios*. Campinas, SP: Pontes, 2016.

GÖRSKI, Edair M.; COELHO, Izete L. Variação linguística e ensino de gramática. *Working papers em Linguística*, 10 (1), p. 73-91, Florianópolis, 2009.

GORSKI, Edair M.; FREITAG, Raquel M. K. O papel da sociolinguística na formação dos professores de língua portuguesa com língua materna. In: MARTINS, Marco Antonio; TAVARES, Maria Alice (Orgs.). *Contribuições da Sociolinguística e da Linguística Histórica para o ensino de língua portuguesa*. Coleção Ciências da Linguagem Aplicadas ao Ensino, volume V. Natal: EDUFRN, 2013. p. 11-52.

GOUVÊA, Isabela P. *Variação das formas interlocutivas de segunda pessoa: estratégias pedagógicas*. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras - PROFLETRAS). Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 2016.

KATO, Mary. A gramática do letrado: questões para a teoria gramatical. In: MARQUES, Mary et alii (Orgs.). *Ciências da linguagem: trinta anos de investigação e ensino*. Braga: CEHUM, 2005, p. 131-145.

LABOV, William. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LAGARES, Xoán Carlos; BAGNO, Marcos (Orgs.). *Políticas da norma e conflitos linguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

LIMA, Monique Débora Alves de Oliveira. *Quadro de pronomes pessoais na escola: diagnose e proposta pedagógica* 2017. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas). Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 2017.

MARCUSCHI, Luís. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

MARTINS, Marco Antonio. Em defesa do ensino de gramática na escola. *Revista do GELNE*, v. 19, n. 1, p. 103-117, 2017.

MARTINS, Marco Antonio; ABRAÇADO, Jussara (Orgs.). *Mapeamento sociolinguístico do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

MARTINS, Marco Antonio; VIEIRA, Silvia Rodrigues; TAVARES, Maria Alice (Orgs.). *Ensino de Português e Sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2014.

SÁ, Cristiane Barbalho da S. G. de; RUA, Robson Borges; SILVA, Vanessa Antunes da. *Título da obra*. 2018. Monografia da disciplina Tópicos especiais (Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 2018.

SOUZA, Daniela da Silva. *Estratégias de indeterminação do sujeito: uma proposta pedagógica para o ensino de gramática*. 2015. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras - PROFLETRAS). Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 2015.

VIEIRA, Silvia Rodrigues. Sociolinguística e ensino de português: para uma pedagogia da variação linguística. In: TAVARES, Marco Antonio; MARTINS, Maria Alice (Orgs.). *Contribuições da Sociolinguística e da Linguística Histórica para o ensino de língua portuguesa*. Coleção Ciências Aplicadas ao Ensino, volume V. Natal: EDUFRN, 2013. p. 53-90.

VIEIRA, Silvia Rodrigues. Três eixos para o ensino de gramática: uma proposta experimental. In: NORONHA, Claudianny Amorim; SÁ JR., Lucrécio

Araújo de. (Orgs.). *Escola, ensino e linguagem* [recurso eletrônico]. Natal-RN: EDUFRN, 2017a. <http://repositorio.ufrn.br>

VIEIRA, Silvia Rodrigues. Três eixos para o ensino de gramática. In: VIEIRA, Silvia Rodrigues (Org.). *Gramática, variação e ensino: diagnose & propostas pedagógicas*. Rio de Janeiro: Letras UFRJ, 2017b. p. 68-82.

VIEIRA, Silvia Rodrigues. Prática de análise linguística sem ensino de gramática? Reflexões e propostas. In: ATAÍDE, Cleber *et alii* (Orgs.). *Gelne 40 anos. Vivências teóricas e práticas nas pesquisas em Linguística e Literatura*. São Paulo: Blucher, 2017c. p. 299-318.

VIEIRA, Silvia Rodrigues (Org.). *Gramática, variação e ensino: diagnose & propostas pedagógicas*. 2. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Blucher, 2018a.

VIEIRA, Silvia Rodrigues. A unidade e a diversidade no ensino de Língua Portuguesa. *Tabuleiro de Letras*, v. 12, n.3, p. 22-34, 2018b.

VIEIRA, Silvia Rodrigues. Objetivos pedagógicos e níveis gramaticais: um olhar sobre o ensino de Língua Portuguesa. In: PILATI, Eloisa; NAVES, Rozana; SALLES, Heloisa (Orgs.). *Novos olhares para a gramática na sala de aula: questões para estudantes, professores e pesquisadores*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019a. p. 67-91.

VIEIRA, Silvia Rodrigues. Ensinando gramática em três eixos: conectivos e conexão de orações. In: ROSÁRIO, Ivo *et alii* (Orgs.). *Anais do II Seminário do Grupo de Pesquisa Conectivos e Conexão de Orações*. v. 1, n.2. Niterói: Letras da UFF, 2019b. p. 57-79.

VIEIRA, Silvia Rodrigues. Contínuos de variação em sala de aula: o desafio de propor orientações normativas. In: BARONAS, Joyce *et alii*. (Orgs.). *Em torno (Entorno) da pedagogia da variação linguística*. Londrina: EDUEL, no prelo.

VIEIRA, Silvia Rodrigues; BRANDÃO, Silvia Figueiredo (Orgs.). *Ensino de gramática: descrição e uso*. São Paulo: Contexto, 2007.

VIEIRA, Silvia Rodrigues; FREIRE, Gilson Costa. Variação morfossintática e ensino de Português. In: MARTINS, Marco Antonio; VIEIRA, Silvia Rodrigues; TAVARES, Maria Alice (Orgs.). *Ensino de Português e Sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2014. p. 81-114.

ZILLES; Ana Maria S.; FARACO, Carlos Alberto. *Pedagogia da variação linguística: língua, diversidade e ensino*. São Paulo: Parábola, 2015.